

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

					R\$ 1,00		
		DESPESAS EXECUTADAS					
DESPESA BRUTA COM	PESSOAL (I)	78.796.217,50					
DESPESAS NÃO COMP	UTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	17.295.745,7	3				
DESPESA LÍQUIDA CO	M PESSOAL (III) = (I-II)	61.500.471,7	7				
		A	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE L	ÍQUIDA - RCL (IV)		770.352.095.045,15				
% da DESPESA TOTAL	COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) =		0,007983%				
		% DA RCL	VA L O R				
LIMITE	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023631%	182.041.903,58		
MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023607%	181.857.019,08		
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-				
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023563%	181.518.064,16		

Fonte: Sistema SIAFI, CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 24/setembro/2018, às 16h

WESLEY NOGUEIRA AMARAL Gestor Financeiro

ANTÔNIO LUIS RODRIGUES ALVES Coordenador de Controle Interno

EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES Diretor-Geral

DESEMBARGADORA CARMELITA BRASIL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 9, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao segundo quadrimestre de 2018, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNIBAL DE REZENDE LIMA

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)								S							
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM	
DESPESA COM PESSOAL	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGA NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.295.791,21	7.438.191,65	11.712.502,59	8.479.245,43	10.518.191,36	7.564.617,34	7.724.687,78	7.684.426,94	7.614.025,35	7.296.386,11	8.127.453,08	7.745.090,35	99.200.609,19	371.081,71	
Pessoal Ativo	6.295.613,62	6.438.014,06	10.121.134,10	7.427.595,26	8.977.348,42	6.536.774,83	6.697.152,26	6.656.891,42	6.586.489,83	6.257.232,24	7.088.299,17	6.707.495,91	85.790.041,12	368.380,71	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.401.174,33	5.545.968,97	8.245.384,42	6,476,878,14	8.032.087,72	5.587.458,29	5.744.653,27	5.709.646,06	5.632.985,49	5.289.808,84	6.125.158,80	5.757.696,53	73.548.900,86	348.082,67	
Obrigações Patronais	894.439,29	892.045,09	1.875.749,68	950.717,12	945.260,70	949.316,54	952.498,99	947.245,36	953.504,34	967.423,40	963.140,37	949.799,38	12.241.140,26	20.298,04	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.000.177,59	1.000.177,59	1.591.368,49	1.051.650,17	1.540.842,94	1.027.842,51	1.027.535,52	1.027.535,52	1.027.535,52	1.039.153,87	1.039.153,91	1.037.594,44	13.410.568,07	2.701,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	883.037,17	883.037,17	1.406.612,51	932.320,90	1.359.929,01	906.953,43	906.786,36	906.786,36	906.786,36	917.367,44	917.367,44	915.807,97	11.842.792,12	2.701,00	
Pensões	117.140,42	117.140,42	184.755,98	119.329,27	180.913,93	120.889,08	120.749,16	120.749,16	120.749,16	121.786,43	121.786,47	121.786,47	1.567.775,95	-	
Outros Benefícios Previdenciários Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da	2	(E)		i i	(1 <u>7.</u>)	ē	12		12	:5 :2	1000	:5 :2	153 164	5.	
LRF) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	1.000.177,59	1.000.177,59	1.546.152,45	25.800,00	1.540.842,94	1.027.842,51	1.027.535,52	1.028.808,52	1.027.749,57	1.039.153,87	1.039.153,91	1.037.594,44	12.340.988,91	51	
Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da			7120	12			891	-	100	-		12	20400	20	
apuração Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao	5	1000		-	1251		137.1	-	ii e i	ä	150	(6	15-14	-	
da apuração	9	920	28.544,41	23.894,53	(%)	0	923	1.273,00	214,05	12	1128	12	53.925,99	20	
Inatiyos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.000.177,59	1.000.177,59	1.517.608,04	1.905,47	1.540.842,94	1.027.842,51	1.027.535,52	1.027.535,52	1.027.535,52	1.039.153,87	1.039.153,91	1.037.594,44	12.287.062,92	. 3	
DESPESA LÍOUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.295.613,62	6.438.014.06	10.166.350,14	8.453.445.43	8.977.348.42	6.536.774.83	6.697.152.26	6.655.618,42	6.586.275,78	6.257.232.24	7.088.299,17	6.707.495.91	86.859.620,28	371.081,71	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	87.230.701,99	0,011323
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	139.079.367,24	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	132.125.398,88	0,017151
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	125.171.430,52	0,016249

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES, Emitido em 20/set/2018 às 15h e 19m.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018

102

ISSN 1677-7042

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

R\$ 1.00

		DESPESAS EXECUTADAS							
DESPESA BRUTA COM	99.571.690,90								
DESPESAS NÃO COMPU	JTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			12.340.988,91					
DESPESA LÍQUIDA CO	OM PESSOAL (III) = (I - II)			87.230.701,99					
		APURAÇÃO DO	CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	2					
RECEITA CORRENTE	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								
% da DESPESA TOTAL	0,0113	23%							
				% DA RCL	VALOR				
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,018106%	139.479.950,33				
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,018088%	139.341.286,95				
LIMITE MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-						
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,018054%	139.079.367,24				
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto								

^{\1} Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

JOSÉ ADRIANI BRUNELI DESTEFFANI Secretário de Administração e Orçamento

> FÁBIO ROSADO BARBOSA Coordenador de Controle Interno

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO Diretor Geral

ANNIBAL DE REZENDE LIMA Presidente do TRE/ES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA N. 1023, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101. de 4 de majo de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2018, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de setembro 2017 a agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")												R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
							LIQUIDADA	S						
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18			TO TA L	INSCRITOS EM
											Jul/18	Ago/18		RESTOS A PAGAR
														NÃO PROCESSADOS
													(ÚLTIMO	s
													12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.537.144,86	10.587.702,25	16.404.086,95	16.647.494,93	14.095.750,40	11.006.1	9 21,12 0 6 4 . 2 2	31,14 31 4 . 9 9 7	,1111.243.35	01,13 34 8 9 . 4 1	41,11 2 8 9 . 4 4	41,17.4821.79	51,4 9.0 01.597,22	-
Pessoal Ativo	9.206.495,03	9.282.529,42	14.305.277,79	14.716.005,87	12.027.902,10	9.616.369,48	9.810.375,20	9.761.148,88	9.819.543,46	10.094.807,72	9.963.936,71	9.846.877,81	128.451.269,47	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variávei	s7.944.729,62	8.008.242,26	12.065.663,92	13.304.842,32	10.711.627	,882185.862,96	8.465.106,75	8.424.902,60	8.456.755,50	8.713.435,31	8.584.477,56	8.473.964,63	111 . 4 3 9 . 6 11	, 2 4 -
Obrigações Patronais	1.261.765,41	1.274.287,16	2.239.613,87	1.411.163	, 515316.274,29	1.330.506,52	1.345.268,45	1.336.246,28	1.362.787,96	1.381.372,41	1.379.459,15	1.372.913,18	17.011.65	8,23 -
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

¹² Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

^{\3} Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho